

A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO DE ENFERMAGEM NO BRASIL: ECONOMIA DA QUALIDADE

Josicélia Dumêt Fernandes*

RESUMO: O presente estudo tem como objeto de análise a trajetória do processo de privatização do ensino de enfermagem no Brasil, consolidada através da política educacional de expansão do número de vagas e de escolas/cursos, e as implicações desse processo na qualidade do ensino de enfermagem. Perseguindo esse objeto de análise, procura-se identificar as relações que se estabelecem entre o modelo de organização econômica do país, a política educacional de expansão do ensino superior e o conjunto de idéias que permeiam essa política. Estabelecidas essas relações, procura-se desenhar as consequências dessa política para a qualidade do processo de formação do enfermeiro, agora ameaçado pela intenção neo-liberal do governo em implantar o ensino pago nas universidades federais.

ABSTRACT: The analysis object of this study is the trajectory of the process to privative nursing teaching in Brazil, consolidated by educational politic of expansion the number vacancy and schools/curses, and the implications of this process in nursing teaching quality. Looking at this analysis object, it intends identifying relations between economic organization model in the country, educational politic to expand superior teaching and set of ideas that interpose this politic. In this relations, consequences of this politic for the nurse formation process quality are traced, threatened by neo-liberal intention of the Government to implant pay teaching in federal universities.

UNITERMOS: Ensino de Enfermagem - Privatização do Ensino - Qualidade do Ensino.

INTRODUÇÃO

O mundo vive hoje uma conjuntura repleta de desafios, onde o paradigma produtivo da sociedade se modifica e engendra, para si mesmo, uma base social com renovados requerimentos. Esses requerimentos contextualizam a recente ordem mundial que, acarretando novas demandas sociais, apontam uma renovada agenda para a Universidade.

No Brasil, esse novo agendamento para a Universidade está redesenhado pela questão da privatização do ensino superior que, apesar de não se constituir numa questão propriamente nova no âmbito acadêmico, reaparece assumindo contornos mais nítidos e abrangentes no seio do modelo de desenvolvimento nacional - o neo-liberalismo.

O ideário neo-liberal, apesar de estar sendo considerado como a mais recente moda intelectual, não se constitui em nenhuma novidade, sobretudo quando são explicitados os referenciais e corolários políticos dele resultantes; seu personagem principal é representado pela privatização das empresas estatais e serviços públicos ou pela desregulamentação, isto é, diminuição da interferência do Estado na economia⁽¹⁷⁾. Como nos lembra FARIAS(13), esse ideário baseia-se na doutrina fenomênica do Estado limitado apenas à legitimação (Estado de direito) e aos aparelhos de Estado (*Estado mínimo*). Os defensores desse pensamento, diz o autor, consideram que o estado tem um "excesso de tamanho" e destacam o aspecto quantitativo do *Estado mínimo*, ficando o aspecto qualitativo nos limites do conceito abstrato de *Estado de direito*.

* Professora Visitante da Escola de Enfermagem da UFBA.

Nesse entendimento, a abordagem neo-liberal desse final de século, reveste-se de estratégias de redução da participação do Estado no âmbito das empresas estatais e serviços público, como propostas de desregulamentações e privatizações, cujos resultados implicam em elevados custos sociais. Essas estratégias fazem parte de uma ideologia marcada por traços puramente econômicos e que, na área da educação, se faz acompanhar de um objetivo sombrio de levar o Estado a, dentre outras coisas, dividir a responsabilidade financeira do ensino superior, em especial da pesquisa, com o setor produtivo. Isto significa que as universidades devem buscar novas fontes de custeio através da venda de serviços, traduzindo o ideário de que o fim do ensino público e gratuito, bem como sua consequente privatização, constitui-se numa questão técnico-orçamentária-financeira.

Embora a questão do ensino pago e sua inexorável privatização tenha despertado interesse em vários círculos acadêmicos, ela não tem merecido o destaque necessário na área de enfermagem. Será que a privatização e seus desdobramentos não afetam a qualidade do ensino, a pesquisa e a prestação de serviços no âmbito da enfermagem?

Essa é uma questão complexa e não susceptível de respostas simples e soluções fáceis. Entretanto, é necessário encará-la de frente, pois a produção do conhecimento próprio, inovador, voltado para a realidade de saúde da população, objeto do ensino e suporte da prestação de serviços à comunidade passa, não só pelo entendimento da especificidade da crise que hoje atravessa o ensino superior e como essa crise atinge o ensino de enfermagem em nosso país, mas também pela construção de um sistema de ensino público, gratuito e de qualidade.

Sob essa ótica, o presente estudo tem como objeto de análise, a trajetória do processo de privatização do ensino de enfermagem no Brasil, consolidado através da política educacional de expansão do número de vagas e de escolas/cursos, e as implicações desse processo na qualidade do ensino. Perseguindo esse objeto de análise, este trabalho foi organizado e concretizado através de informações e dados obtidos por meio de levantamento, leitura e análise da literatura disponível e de documentos específicos do ensino superior e, mais especificamente do ensi-

no de enfermagem, procurando-se identificar as relações que se estabelecem entre o modelo de organização econômica do país, a política educacional de expansão do ensino superior e o complexo conjunto de idéias que permeiam essa política. Estabelecidas essas relações, procura-se desenhar as consequências dessa política para a qualidade do processo de formação do enfermeiro, agravado pela mercantilização do ensino superior e, agora, ameaça pela intenção neo-liberal do governo em implantar o ensino pago nas universidades federais. Para finalizar, são colocadas algumas questões com o intuito muito mais de contribuir para o debate, do que mesmo oferecer propostas frente ao projeto de privatização que se avizinha para o ensino superior e, mais precisamente, para o ensino de enfermagem.

AS MARCAS DA ORIGEM

O movimento revolucionário de 1930, desestruando as bases do Estado oligárquico, fortaleceu e ampliou o raio de ação do novo Estado, abrindo um amplo espaço educacional para o país.

O Estado adotou medidas que, na época, atingiram praticamente todas as dimensões da vida social. Dentre essas medidas, destaca-se a criação do então Ministério de Educação e Saúde Pública, em novembro de 1930, e, a partir daí, a fundação das primeiras universidades públicas.

A Constituição de 1934, no seu Artigo 150, promulgou a necessidade da elaboração de um Plano Nacional de Educação que coordenasse e supervisionasse as atividades de educação, em todos os níveis. A jurisdição estatal passou, então, a organizar e regulamentar o processo educacional, submetendo-o ao seu controle direto que, até então estava sob o monopólio privado profissional - a Igreja.

Com o segundo pós-guerra, inicia-se um período de expansão econômica em quase todo mundo capitalista. Esse contexto vem favorecer os dirigentes das escolas católicas que, insatisfeitos com a penetração do Estado sobre o sistema educacional brasileiro, passaram a defender a *liberdade de ensino*, reivindicando o esvaziamento do controle estatal (laico), a favor do ensino religioso nas escolas públicas e subsídio governamental à iniciativa privada no campo da educação⁽⁹⁾. Assim é que, a partir da segunda

metade da década de 40, observa-se uma tímida penetração do capital no ensino superior.

Na área de enfermagem, entretanto, esse crescimento de escolas/cursos privados não foi tímido, ao contrário, foi acentuado, chegando a ultrapassar o número de escolas/cursos público. De acordo com o GRÁFICO 1 (Anexo), verifica-se que, de 1940 até 1960, o número de escolas/cursos privadas era superior ao número de escolas/cursos públicos^(1, 3, 4).

Vale salientar que a criação de escolas/cursos de enfermagem, pelo setor privado, constituía um investimento atraente, numa época em que a expansão da rede hospitalar exigia diversidade dos trabalhadores de saúde e, mais especificamente, de enfermagem, a fim de que os mesmos participassem da criação de condições que pudessem assegurar a produtividade ao setor industrial⁽¹⁴⁾.

O ensino de enfermagem ganhava dimensões econômicas, assumindo importância como fator de mobilização de recursos. Nesse entendimento, a Lei 775 de 06 de agosto de 1949, dentre outras matérias, propôs a ampliação do número de escolas, tornando obrigatória a existência de escola de enfermagem em todo centro universitário ou faculdade de medicina. Assim é que, se no final da década de 30 existiam 10 (dez) escolas/cursos de enfermagem, a década de 40 contempla a criação de 17 (dezessete) e, na década seguinte são criados mais 12 (doze). Em meados da década de 50 havia, em funcionamento, 34 (trinta e quatro) escolas/cursos⁽¹⁾, conforme mostra o QUADRO 1.

Quadro 1 - Número de cursos de graduação em enfermagem de acordo com o período de criação. Brasil, 1921/1956.

PERÍODOS	Nº DE ESCOLAS CRIADAS
até 1921	2
1922 a 1926	1
1927 a 1931	—
1932 a 1936	2
1937 a 1941	5
1942 a 1946	6*
1947 a 1951	11
1952 a 1956	7
TOTAL	34

* Inclusive uma já extinta

Fonte: ABEn⁽¹⁾

Com o aumento do número de cursos, cres-

ce também o número de enfermeiros. Se até 1946 foram diplomados 1.891 enfermeiros, no período de 1947 a 1956 (dez anos), foram lançados no mercado 2.631 desses profissionais⁽¹⁾, como mostra o QUADRO 2.

Quadro 2 - Número de enfermeiros diplomados no Brasil - 1918/1956

PERÍODOS	Nº DE DIPLOMADOS
até 1923	240
1924 a 1936	636
1937 a 1946	1015
1947 a 1956	2631

Fonte: ABEn⁽¹⁾

Essa expansão do ensino de enfermagem, iniciada na década de 40, sofre entretanto, uma contenção na década de 60.

Para legitimação do modelo econômico adotado no país em 1964, tornou-se necessário alcançar um certo grau de desenvolvimento, passando a prevalecer a idéia de que para haver desenvolvimento é imprescindível o crescimento econômico. Educação e Saúde passam a ser definidas como áreas não prioritárias no planejamento estatal.

O Estado, nessa fase de desenvolvimento da economia, deveria garantir, facilitar e subsidiar a elevação e manutenção da taxa de lucro. O estímulo à criação de novos cursos ou o aumento do número de vagas, já assinalados nas décadas anteriores, implicaria, necessariamente, em aumento da despesa pública com educação superior - o que não era prioridade para a conjuntura daquele momento. Por outro lado, a política econômica estava dirigida para a concentração de capital, de renda, de propriedade e de mercado, levando à falência grande quantidade de pequenas empresas, inclusive de escolas de enfermagem privadas.

Esse quadro vem demarcar uma queda na expansão de escolas/cursos iniciada na década de 40. Como mostram o QUADRO 3 e o GRÁFICO 2 (Anexo), se em 1960 o país contava com 39 (trinta e nove) escolas/cursos de graduação em enfermagem, em 1965 esse número fica reduzido a 26 (vinte seis), isto é 13 (treze) deles deixaram de funcionar^(1, 3, 4, 6). No QUADRO 3, observa-se que o período de 1960 a 1966 não

tem registro da criação de nenhuma escola/curso. Vale salientar que essa queda ocorreu, praticamente, na rede privada; em 1960 havia 56,4% de escolas/cursos particulares, em 1965 esse percentual caiu para 26,9% conforme ilustração no GRÁFICO 1 (Anexo).

Essa queda no número de escolas/cursos implica na diminuição da oferta de vagas e revela um colapso no ensino de enfermagem. Não se trata de um colapso técnico que deva ser entendido a partir, por exemplo, de uma análise do funcionamento interno desses cursos, mas sim de um colapso decorrente das modificações políticas e econômicas, tendo como determinação essencial as mudanças estruturais pelas quais passava a sociedade brasileira, o que inclui, ademais, aqueles problemas de ordem técnica.

Quadro 3 - Evolução do número dos cursos de graduação em enfermagem. Brasil, 1890/1993

PERÍODOS	Nº DE CURSOS CRIADOS
1890 a 1920	2 (-1*)
1921 a 1925	1
1926 a 1930	—
1931 a 1935	2 (-1*)
1936 a 1940	5 (-3*)
1941 a 1945	6 (-2*)
1946 a 1950	11 (-4*)
1951 a 1955	7 (-2*)
1956 a 1960	5 (-2*)
1961 a 1965	—
1966 a 1970	5
1971 a 1975	16
1976 a 1980	34
1981 a 1985	15
1986 a 1993	12
TOTAL	121 (-15*)

* Curso extinto

Fontes: ABEn⁽¹⁾

BRASIL/MEC/DAU⁽⁴⁾

BRASIL/MEC/SESU⁽³⁾

BRASIL/SEPLAN/CNDCT⁽⁶⁾

A LIBERAÇÃO

A recessão adotada a partir de 1964 teve, como uma das consequências, a diminuição da capacidade de absorção, pela rede oficial do ensino superior, do grande número de candidatos que crescia em ritmo expressivo e que pressionavam por mais vagas nas universidades,

configurando a crise dos *excedentes* em 1968. A esse respeito, CUNHA⁽⁸⁾ diz que, entre 1964 e 1968, o número de excedentes das escolas superiores se elevou em 212%, atingindo, nesse último ano, o total de 125 mil estudantes.

No mesmo período, o número de candidatos aos cursos superiores cresceu 120%, proporção bem superior ao crescimento do número de vagas que foi 56%. Esse quadro configurava para o Estado, uma falta de aproveitamento de recursos humanos que, carecendo de preparo para compor o *exército industrial de reserva* (excedente estrutural da força de trabalho), permitiriam manter os salários em níveis mais baixos; configurava também, falha nas formas de investimento em educação; configurava, finalmente, uma ameaça à *segurança nacional*, uma vez que a insatisfação dos estudantes caminhava para compor um quadro político sobre o qual o Estado perdia o controle⁽¹⁰⁾.

Para fazer face a esse diagnóstico, o Ministério da Educação, através do Decreto Presidencial nº62.937 de 02 de julho de 1968, criou um grupo de trabalho para estudar a situação da universidade e propor soluções. De acordo com esse Decreto, a educação é considerada como fator de desenvolvimento econômico, na medida em que a mesma é tida como *instrumento de valorização da pessoa humana como elemento essencial à criação da riqueza*. Esse ideário sintetizava-se na teoria do capital humano, marcadamente tecnicista e economicista, que atribui à educação um papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico pela via da qualificação da força de trabalho. Foi, então, atribuída à educação o fator explicativo do crescimento econômico, isto é, a existência de uma correlação entre crescimento econômico e nível educacional da população^(2, 21). A esse pensamento foi acrescido o entendimento da educação como elemento fundamental de ascensão social.

O Estado, apesar de estar direcionado para a manutenção e elevação da taxa de lucro, poderia investir em educação, pois investimentos feitos na área educacional, por estarem elevando a qualidade do capital humano, seriam considerados fenômenos estritamente econômicos, para os quais estariam sendo garantidos retornos, também econômicos. Os investimentos rentáveis seriam aqueles que se concentrassem no aumento quantitativo e qualitativo da educa-

ção formal da população ativa^(2, 21).

Diante dessa concepção predominante na época, o grupo de trabalho designado para estudar a situação da universidade e propor soluções, considerou, em seu Relatório, *o ensino superior como investimento direto, em vista de sua alta rentabilidade econômica e sua valorização de Recursos Humanos*⁽²⁰⁾. No bojo desse Relatório se encontra a convicção de que, através da ampliação do número de vagas no ensino superior, se poderia formar recursos humanos necessários ao desenvolvimento econômico e social.

Através da expansão de vagas no ensino superior, o governo estaria alcançando dois objetivos ao mesmo tempo: dotaria o país das condições necessárias ao desenvolvimento econômico-industrial e ofereceria uma porta-aberta para a promoção social do cidadão. A ampliação do número de vagas é, portanto, assumida como instrumento de dupla ação: uma, no plano econômico, dotando o setor produtivo de mão de obra qualificada e mais produtiva; outra, no plano político, criando mecanismos de ascensão social, buscando consenso, legitimidade e ampliando sua base política.

Sob esse entendimento surge a Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968 - Lei da Reforma do Ensino Superior -, que procurou diminuir a pressão sobre a Universidade, absorvendo um maior número de candidatos ao vestibular, através do aumento do número de vagas e da racionalidade das estruturas e dos recursos.

Fazendo parte do aparelho universitário, o ensino de enfermagem seguiu as determinações da Lei 5.540 que, em síntese, estavam dirigidas para a formação de maior número de profissionais no mais curto prazo (maior produtividade), através da utilização racional dos recursos existentes. O número de vagas dos cursos de graduação em enfermagem foi aumentado e, a partir daí, inicia-se a liberação para a criação de novos cursos⁽¹⁴⁾.

De acordo com ilustrações no GRÁFICO 2 (Anexo) e QUADRO 3, o país contava, em 1960, com 39 (trinta e nove) escolas/cursos; em 1964, esse número caiu para 26 (vinte e seis) e, em 1969, após a Lei 5.540, o país passou a contar com 29 (vinte e nove); no período de 1961 a 1965, não foi criado nenhum, no entanto, de 1966 a 1970, foram criados 05 (cinco) cursos^(1, 3, 4, 6).

O aumento do número de vagas na rede oficial do ensino superior implicava, contudo, em grande aumento de despesa pública. A incapacidade do setor público em arcar novas despesas decorrentes da criação de novos cursos ou da expansão dos já existentes na rede pública de ensino superior, acoplado à enorme pressão da demanda por parte dos egressos do segundo grau, deixa um campo de atuação para os novos investidores privados, abrindo espaço para o desenvolvimento do capital privado no setor.

FREITAG⁽¹⁶⁾, interpretando a privatização do ensino superior oferecia pelos poderes público, diz que

como não foi possível conter a pressão sobre as universidades, nem ampliar suficientemente as vagas da rede oficial e como o governo não pode deixar de dar uma solução ao impasse por ser este potencialmente conflituoso, permitiu que o setor privado participasse de sua solução. ... Assim, conseguiu, sem investimentos e despesas maiores, garantir o aumento substancial do número de vagas. O setor privado correspondeu, assim, tanto aos interesses do estado como, aparentemente, aos interesses daqueles estudantes rejeitados pelos vestibulares da rede oficial de ensino superior.

Como se configura no GRÁFICO 1 (Anexo), o crescimento de escolas/cursos de enfermagem, a partir de 1968, foi mais acentuado na rede privada, que recomeça uma expansão vertiginosa.

A EXPANSÃO

Nos primeiros anos da década de 70, as taxas de crescimento começaram a declinar. A crise bate à porta da economia. Em 1973, com os sucessivos e significativos aumentos dos preços do petróleo, teve início a crise capitalista ocidental com graves repercussões nos países dependentes.

O Brasil, que atravessava a fase do desmasçamento do *milagre*, teve o seu crescimento econômico lentamente desacelerado a partir de 1974. O Estado passa, então, a enfrentar uma dupla crise: a econômica e a política; tentando

solucionar a primeira, redefiniu prioridades com o redirecionamento dos investimentos na política agrícola de exportação. Na tentativa de solucionar a crise política, o Estado propões a redefinição e expansão de suas políticas sociais. Neste sentido, são operacionalizadas medidas legais de caráter administrativo.

No âmbito da saúde, essas medidas foram tomadas considerando-se que as dificuldades do setor eram decorrentes da ausência de racionalidade e planejamento das ações de saúde. No âmbito de formação de recursos humanos para esse setor, em 1975, os Ministérios da Educação e Cultura, da Saúde e da Previdência e Assistência Social, consubstanciados nos planos governamentais, apresentaram, dentre outras medidas, a necessidade de aumentar investimentos nos cursos, cujo estoque de profissionais mostrava-se insuficiente para as necessidades do sistema⁽⁵⁾. Essas medidas tiveram seu direcionamento balizado na concepção de educação e saúde como instrumento de re-distribuição de renda. Isto está explicitado em vários trechos do documento, onde se diz ... *a assistência à saúde é considerada como um instrumento para a distribuição da renda*. Esta concepção está baseada na Teoria do Capital Humano de BECKER⁽²⁾ e SCHULTZ⁽²¹⁾, que atribui à saúde e à educação o poder ilusório de resolver os problemas pertinentes ao processo de distribuição de renda.

Apesar da liberação na criação de cursos da rede oficial de ensino superior, em decorrência da lei 5.540, na área específica de enfermagem constatou-se, dentre outras, uma restrita participação federal nos cursos de enfermagem, uma insuficiência quantitativa de enfermeiros, uma escassez de cursos de graduação e reduzido

número de vagas oferecidas por esses cursos. Dentre as medidas a serem adotadas nessa área, os órgãos estatais recomendaram, além de outros, a ampliação dos recursos federais no ensino de enfermagem, de modo a possibilitar o aumento do número de vagas nos cursos das instituições públicas existentes que tivessem potencial e demanda, criação de cursos de enfermagem nas universidades federais que não contavam com esse curso ou absorção, pela universidade, de escola já existente na região, além da criação de escola ou curso de enfermagem nos distritos geo-educacionais ainda não servidos⁽⁵⁾.

A política governamental dirigida à *melhoria* da saúde da população, através de soluções parciais, como por exemplo, as ligadas à formação de enfermeiros, levou a uma maior implementação de cursos de graduação em enfermagem. Desse modo, a partir de 1975 inicia-se o *boom* na criação de novos cursos e na expansão da oferta de vagas no ensino de enfermagem. Se em 1974 havia 41 (quarenta e um) escolas/cursos, no período de 1975 a 1977, são implementados mais 22 (vinte e dois) outros ^(1, 3, 4, 6). Só no ano de 1976 foram criados 15 (quinze) deles; o GRÁFICO 2 (Anexo), mostra esse acelerado crescimento de escolas/cursos a partir de 1975.

A RETRAÇÃO DO PÚBLICO E O AVANÇO DO PRIVADO

A partir de 1979, se aprofunda a deterioração do quadro econômico nacional. A elevação das taxas de juros internacionais, leva ao aumento da dívida externa e deprime a capacidade interna de investimentos e gastos públicos. Há um desequilíbrio na balança de pagamentos, a inflação é acelerada e inicia-se um processo de

Tabela 1 - Crescimento dos cursos de graduação em enfermagem por dependência administrativa. Brasil, 1965 a 1993.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CURSOS EXISTENTES EM 1965		CURSOS IMPLANTADOS ENTRE 1966 E 1993		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Federal	12	46,2	22	27,5	34	32,1
Estadual	06	23,1	11	13,8	17	16,1
Municipal	01	03,8	07	08,7	08	07,5
Particular	07	26,9	40	50,0	47	44,3
TOTAL	26	100,0	80	100,0	106	100,0

Fontes: ABEn⁽¹⁾

BRASIL/MEC/DAU⁽⁴⁾

BRASIL/MEC/SESU⁽³⁾

recessão. O Produto Interno Bruto (PIB), passou a índices negativos. As políticas de estabilização que o governo procurava implementar, visando o equilíbrio da balança de pagamento e o combate à inflação, desencadeiam quedas na produção industrial, diminuição na capacidade de geração de empregos e, conseqüentemente, aumento do desemprego.

Essa conjuntura direcionou a necessidade de redefinição da política educacional do país, em especial do ensino superior. Nesse sentido, surge o Decreto nº86.000, de 13 de maio de 1981, que dispõe sobre a suspensão temporária de criação de novos cursos de graduação e dá outras providências apenas nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior federais. Essa proibição não atinge, portanto, o setor privado, o que significa que este setor continua a expandir-se, com o agravante de que o Conselho Federal de Educação continua concedendo autorizações de funcionamento e reconhecimento, sem o estabelecimento de critérios exigentes que poderiam levar esses cursos a buscar condições materiais e humanas necessárias a um nível de qualidade que a sociedade deseja para seus jovens estudantes.

Observa-se, destarte, que com a política recessiva iniciada na década de 80, há uma retração dos investimentos públicos no ensino superior da rede oficial e um avanço da rede privada, com predominância de instituições do tipo empresarial que seguem a lógica do lucro. Este avanço empresarial da rede privada, em verdade, responde ao ideário da crescente desobrigação do Estado para com a manutenção do ensino público e gratuito, refletindo o embrião neo-liberal da privatização e empresariamento do ensino superior.

Analisando o crescimento global de cursos de graduação em enfermagem no Brasil, observa-se, na TABELA 1, que em 1965 havia 26 (vinte e seis) cursos, sendo 46,2% federais, 26,9% particulares, 23,1% estaduais e 3,8% municipais. No período de 1966 a 1993, foram criados 80 (oitenta) cursos, sendo 50,0% particulares, 27,5% federais, 13,8% estaduais e 8,7% municipais. Esse crescimento teve um incremento de 210,5% para os cursos da rede pública e 571,4% para a rede privada, conforme explicitado na TABELA 2.

Tabela 2 - Incremento do número de cursos de graduação em enfermagem por dependência administrativa. Brasil, 1965 a 1993.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	INCREMENTO (%) 1965 a 1993
Públicos	210,5
Particulares	571,4

Fontes: ABEn⁽¹⁾
BRASIL/MEC/DAU⁽⁴⁾
BRASIL/MEC/SESU⁽³⁾

Quanto à distribuição geográfica dos 106 cursos de graduação em enfermagem existentes hoje no país, verifica-se na TABELA 3 que, como resultado da grande concentração espacial do crescimento econômico, 47,1% desses cursos estão localizados na Região Sudeste, seguindo-se de 20,8% na Região Sul e Nordeste, 6,6% no Norte e 4,7% no Centro-Oeste.

Tabela 3 - Cursos de graduação em enfermagem por região geográfica. Brasil, 1993.

REGIÕES	Nº	%
Norte	7	6,6
Nordeste	22	20,8
Centro Oeste	5	4,7
Sudeste	50	47,1
Sul	22	20,8
TOTAL	106	100,0

Fonte: BRASIL/MEC/SESU⁽³⁾

A distribuição desses cursos por região geográfica e dependência administrativa é conferida na TABELA 4, que indica que 63,9% dos cursos da rede particular estão situados na Região Sudeste, 21,3% na Região Sul, 10,6% no Nordeste e apenas 2,1% nas Regiões Norte e Centro-Oeste. Essas diferenças regionais ocorrem por conta da escassez de capitais privados e da precariedade dos rendimentos da maioria da população nas regiões menos desenvolvidas; ao mesmo tempo, o déficit crônico dos orçamentos estaduais dessas regiões inviabiliza a criação do sistema estadual e municipal, tornando-as fortemente dependentes do sistema federal.

Diante do exposto, constata-se que o ensino de enfermagem expandiu-se em termos de criação e cursos de graduação a partir do final da década de 60, sendo que grande parte desse

Tabela 4 - Cursos de graduação em enfermagem por região geográfica e dependência administrativa. Brasil, 1993.

Regiões administrativas	Dependência		Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	5	14,7	1	5,9	—	—	1	2,1	—	—
Nordeste	9	26,5	7	41,2	1	12,5	5	10,6	—	—
Centro-Oeste	4	11,8	—	—	—	—	1	2,1	—	—
Sudeste	10	29,4	6	35,3	4	50,0	30	63,9	—	—
Sul	6	17,6	3	17,6	3	37,5	10	21,3	—	—
TOTAL	34	100,0	17	100,0	8	100,0	47	100,0		

Fonte: BRASIL/MEC/SESU (1993)

crescimento, isto é, 50% foi devido à atuação da rede privada. Verifica-se, também, que esse *boom* se concentrou nas regiões sócio-economicamente mais desenvolvidas do país, indo ao encontro das camadas sociais capazes de pagar altos preços pelo ensino recebido; nos centros menos desenvolvidos, a rede privada não teve expansão significativa, o que reflete claramente, não a vontade de suprir uma necessidade local ou regional, mas sim o interesse em investir em áreas geográficas economicamente mais atrativas para o tipo de empreendimento.

A política educacional nos últimos trinta anos concretizou-se numa política de quantidade, assegurando uma ampliação indiscriminada do sistema de ensino, sem acompanhamento e avaliação sistemática do mesmo.

Embora cada instituição mantenha seus procedimentos internos de avaliação dos seus docentes, não há, em verdade, um acompanhamento sistemático desses cursos para corrigir suas deficiências, nem tampouco um sistema de avaliação que se proponha a conhecer as potencialidades e deficiências dos cursos⁽¹¹⁾.

Essa omissão do Estado no estabelecimento de normas de acompanhamento e fiscalização do ensino superior, longe de assegurar as condições mínimas para o desempenho das atividades acadêmicas, estimulam as inversões privadas e a lucratividade do ensino.

A QUALIDADE

Quase trinta anos depois da Lei 5.540, o que aconteceu com o ensino superior? Será que a expansão do ensino superior e sua inexorável privatização favoreceram a qualidade das ati-

vidades acadêmicas? Quais as consequências dessa expansão?

Essas e outras questões, têm sido colocadas não só pela comunidade acadêmica, mas também, por diversos setores da sociedade que, descontentes com a qualidade do ensino superior oferecido à população, vêm denunciando a crise da universidade nos diversos meios de comunicação, quer acadêmico ou não, e o setor privado vem arcando, grandemente, com o ônus da qualidade deteriorada⁽¹⁸⁾.

De fato, a universidade brasileira vive hoje uma crise que é reconhecida não só pelos atores sociais a ela vinculados, mas também pela opinião pública, em seus diferentes âmbitos. Essa crise, contudo, não é específica da universidade; é uma crise global da economia e da sociedade brasileira em seu conjunto que, a partir da década de 80, vem provocando uma crescente redução dos gastos públicos para com o ensino superior.

Essa retração na alocação de recursos para o ensino superior, vem atingindo o limiar do suportável com consequências danosas nos salários reais dos professores e servidores, na manutenção e modernização das instalações, bibliotecas, laboratórios e equipamentos que se tomam obsoletos dificultando o desenvolvimento científico e tecnológico das atividades acadêmicas.

FERNADES⁽¹⁵⁾, analisando a expansão do ensino de enfermagem no Brasil, sublinhou a dualidade entre o setor público e o privado com a apresentação de dados a respeito da superioridade dos cursos oficiais no que diz respeito à relação professor/aluno, titulação e regime de trabalho de seus professores, produção de pes-

quisas e prestação de serviços à comunidade. Vale ressaltar, entretanto, que a autora destacou, também, as diversidades existentes no próprio âmbito do setor privado, onde existem não apenas escolas/cursos que funcionam como empresas de ensino dirigidas pela lógica do lucro, mas também escolas/cursos idôneos e de alto nível.

Nos dados apresentados por FERNANDES⁽¹⁵⁾, observa-se que em 1975 a média de docentes por escolas/cursos era de 37,8, enquanto que em 1987 essa média, em lugar de crescer, caiu para 36,3. A autora, agrupando os dados por vinculação administrativa, constatou que a maior média de docentes, por cursos, encontra-se naqueles da rede estadual, isto é, 56,5 - ficando o maior peso por conta das escolas da Universidade de São Paulo; a menor média de docentes por curso foi encontrada na rede privada com 25,2 - ver QUADRO 4.

Cresceu o número de cursos e, conseqüentemente, cresceu o número de vagas oferecidas. Seguindo esse raciocínio, a referida autora verificou que a oferta do número de vagas dos cursos de graduação em enfermagem, teve entre 1967 e 1987, um incremento de 746,5%; verificou também que a rede privada, oferecendo maior quantitativo de cursos, oferece também maior número de vagas, isto é, 49,7%; segue-se a rede federal com 30,4%, a estadual com 13,4% e, finalmente, a municipal com 6,5% das vagas.

Quadro 4 - Número médio de docentes e relação professor/aluno dos cursos de graduação por dependência administrativa. Brasil, 1987.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	Nº MÉDIO DE DOCENTES POR CURSO	RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO
Federal	43,8	1 : 4,7
Estadual	56,5	1 : 4,2
Municipal	33,1	1 : 4,1
Particular	25,2	1 : 7,9

Fonte: FERNANDES⁽¹⁵⁾

No que diz respeito a relação professor/aluno, a autora constatou que em 1975 essa relação era de 1:3,6, enquanto que em 1987 essa relação passou a 1:5,5, concluindo que o cres-

cimento do número de alunos (maior) não foi proporcional ao de professores (menor). Esses dados agrupados por dependência administrativa indicam que a maior proporção de aluno por professor localiza-se nas escolas/cursos particulares, com 1(um) professor para 7,9 alunos, denotando uma sobrecarga maior de trabalho para os docentes da rede particular - ver QUADRO 4. Essa sobrecarga fica ainda mais agravada quando se comparam os dados relativos ao número médio de professores por regime de trabalho, ou seja, enquanto nos cursos da rede oficial a média de professores com Dedicção Exclusiva (DE) e 40 horas é de 19,9 e 11,6 respectivamente, nos curso particulares essa média é de 0,2 e 3,9, respectivamente - ver QUADRO 5. Quanto à titulação desses professores, verificou-se uma maior concentração de professores titulados nos cursos da rede oficial, onde o número médio de livre-docentes, doutores, mestres e especialistas é de 0,8, 2,0, 11,3 e 21,2 respectivamente, enquanto que na rede privada essa seqüência corresponde a 0,2, 0,5, 3,1 e 15,5 - ver QUADRO 6.

Quadro 5 - Número médio de docentes dos cursos de graduação em enfermagem por regime de trabalho e dependência administrativa. Brasil, 1987

Regime de trabalho \ dependência administrativa	D.E.	40 hs
PÚBLICO	19,9	11,6
PRIVADO	0,2	3,9

Fonte: FERNANDES⁽¹⁵⁾

Apesar da ausência de dados, já se têm evidências de que, com as recentes aposentadorias, o número de docentes com titulação de livre-docente e doutor caiu sensivelmente, traduzindo-se numa incalculável perda de massa crítica com sérias conseqüências para o ensino e para a pesquisa. Essa situação torna-se mais agravada na medida em que a reposição desses docentes está, na sua maioria, sendo feita por professores apenas graduados.

Quadro 6 - Número de docentes dos cursos de graduação em enfermagem por titulação e dependência administrativa. Brasil, 1987.

Dependência Administrativa \ Titulação	Livre Docentes	Doutores	Mestres	Especia-
				listas
PÚBLICO	0,8	2,0	11,3	21,2
PRIVADO	0,2	0,5	3,1	15,5

Fonte: FERNANDES⁽¹⁵⁾

Um dos elementos que encarecem os custos das instituições de ensino superior é a remuneração do exercício do trabalho e, mais ainda, do trabalho qualificado. Os profissionais com maior titulação são mais escassos no mercado de trabalho e, portanto, requerem maiores salários. Assim, dentro da racionalidade da empresa capitalista, os profissionais portadores de títulos acadêmicos não são muito freqüentes nos cursos da rede particular.

Quanto à pesquisa, o que se tem verificado é que poucas são as instituições que estão produzindo conhecimento e estas são, na sua quase totalidade, as que possuem cursos de pós-graduação e estes, por sua vez, pertencem à rede oficial de ensino. FERNANDES⁽¹⁵⁾ verificou que 92,9% das pesquisas desenvolvidas, são realizadas pelos cursos da rede oficial. Vale destacar, entretanto, que grande parte dessa produção corresponde aos cursos da Universidade de São Paulo e a restante está concentrada em um pequeno número de cursos da rede federal, principalmente naqueles que dispõem de cursos de pós-graduação.

Diante desses dados, constata-se que, apesar das dificuldades orçamentárias dos cursos da rede oficial, estes ainda conseguem manter um padrão mínimo necessário à formação do profissional de enfermagem. Citando COELHO⁽⁷⁾,

as universidades federais abrigam um número expressivo de profissionais qualificados e em busca de novos conhecimentos, de servidores técnico-administrativos competentes, além de uma infra-estrutura razoável em termos de espaço físico, laboratórios e bibliotecas. Tudo isso tem contribuído para a realização de um grande número de pesquisas, para o desenvol-

vimento de projetos significativos e geração de novas tecnologias.

Já os cursos do setor privado, governados pelos mecanismos de mercado, encontram maiores dificuldades na manutenção desse padrão mínimo necessário para a formação de profissionais. A rentabilidade do empreendimento desses estabelecimentos que se organizam como empresas lucrativas, tem sua garantia nas limitações de infra-estrutura, de equipamentos, de bibliotecas, do quantitativo de docentes e de docentes titulados, além da quase inexistência da pesquisa. Esse sistema empresarial reverte-se num ensino massificado, pouco criativo e condicionado aos elementos mais imediatos da demanda social, ou seja, a obtenção do diploma.

Essa debilidade dos cursos superiores direcionados pelas leis do mercado, foi reafirmada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) criada pelo Congresso Nacional, em 1991, para investigar a crise da universidade brasileira. Dentre as constatações dessa CPI, sublinhou-se a dualidade entre os setores público e privado, com a apresentação de dados

a respeito da superioridade das universidades oficiais no que tange à produção de pesquisa, à qualidade de seus cursos de pós-graduação, à maior titulação e trabalho em DE dos seus professores e outros aspectos. Mais ainda, vários depoimentos criticaram as debilidades das instituições privadas em termos de qualidade, inclusive quanto à disposição de investir o aperfeiçoamento do seu próprio corpo docente.⁽¹⁹⁾

Diante do exposto, verifica-se que a política educacional dos últimos vinte anos, ao ampliar as oportunidades de acesso às universidades, através da expansão do número de vagas e de cursos, favoreceu o processo de privatização e empresariamento do ensino, concretizando-se numa política que, ao racionalizar os custos em detrimento da observância dos princípios e critérios acadêmicos, trocou qualidade por quantidade.

Ao lado do processo de privatização e empresariamento do ensino, observa-se uma prática de progressivo e acelerado descompromisso do governo na dotação orçamentária da rede pública. Existe nos cursos da rede federal, uma falta

generalizada de verbas como resultado de cortes sucessivos e contingenciamentos levados a efeito pelo governo. Tudo parece estar direcionado no sentido de diminuir, cada vez mais, a participação do Estado na manutenção, expansão e aperfeiçoamento da educação superior do país.

O montante global de recursos do Tesouro para despesas de Outros Custeios e Capital - OCC - destinados ao ensino superior foi, a partir de 1990, substancialmente reduzido e, hoje, está reduzido, em termos reais, a níveis inferiores aos alocados em 1989⁽¹⁹⁾.

Essa redução de recursos para outros custeios e capital, implica na dificuldade da manutenção e renovação de bibliotecas, laboratórios e equipamentos que se tornam obsoletos, barrando o acesso à modernidade científica e tecnológica, impossibilitando o desenvolvimento das atividades acadêmicas. As pesquisas, por sua vez, ficam na dependência das agências de fomento que definem as áreas e os projetos que serão financiados, inviabilizando a definição e implementação autônoma de uma política de pesquisa pela própria universidade. Ademais, a redução dos valores reais nos salários dos professores levou-os a níveis irrisórios, determinando a evasão de docentes qualificados para o exterior ou para aposentadorias precoces.

A crise do ensino superior no país está desenhada, portanto, pela *economia* financeira contribuindo para uma *economia da qualidade*. Esse desenho está tingido pelas idéias neo-liberais, que partem do pressuposto de que existe um excessivo crescimento do Estado e que este se tornou ineficiente, incapaz de controlar os gastos públicos e de conter o corporativismo. O déficit público passou a ser considerado o motivo que justifica a redução de gastos e de direitos sociais⁽¹²⁾. Nesse entendimento, a ótica neo-liberal adota, como foco central de suas estratégias, a diminuição do tamanho do Estado através da redução de sua área de influência econômica e a regulação via iniciativa privada. Para isso, os neo-liberais lançam propostas para ampliar a privatização dos serviços públicos, para acabar com o monopólio da União sobre a pesquisa, a extração de petróleo e as telecomunicações, para promover mudanças na Previdência Social e para retirar da Constituição, artigos do capítulo que trata dos direitos sociais.

A implementação dessas propostas privatizantes implica, necessariamente, na apropriação, por particulares, de setores até então controlados pelo estado, significando a ampliação dos lucros e do campo de ação do capital privado. Nessa perspectiva de menos Estado e mais mercado, dar-se-á, inexoravelmente, a perda do patrimônio público, a concentração da renda e da economia nas mãos dos monopólios, assim como a perda da capacidade do Estado para dirigir o processo econômico⁽¹²⁾.

O ideário neo-liberal, portanto, busca muito mais a defesa dos interesses da economia de mercado, do que dos interesses sociais.

CERTEZAS E INCERTEZAS

No bojo das discussões decorrentes das propostas de privatização do ensino superior que hoje circulam pelo país, algumas certezas e incertezas surgem diante de nós.

A privatização do ensino de enfermagem, como já explicitado anteriormente, não constitui em nenhuma novidade. Só que ela agora adquire contornos mais definidos dado o modelo de desenvolvimento nacional, onde a educação aparece como um dos setores a serem descentralizados ou privatizados, fortalecendo a ampliação do espaço de acumulação do capital na área empresarial do ensino superior e contribuindo para o desmonte do Estado de inspiração social e democrata.

Dentre as estratégias que visam a redução da participação orçamentária do Estado no ensino superior, destacam-se aquelas que propõem:

- o atrelamento financeiro da educação pública ao desempenho econômico do país;
- a eliminação da gratuidade no ensino superior;
- a desvinculação dos hospitais universitários das instituições de ensino superior;
- a vinculação das universidades com o setor produtivo.

O atrelamento financeiro das universidades à dinâmica de arrecadação econômica do estado, reflete a concepção da educação como matéria de *desregulamentação* econômica. Neste entendimento, como pode um país dependente buscar a soberania nacional se a produção da

ciência, a independência tecnológica, a formação de mão de obra qualificada e do profissional-cidadão estão atreladas à dinâmica da recessão econômica?

Por outro lado, a eliminação da gratuidade, ou seja, a implementação do ensino pago é contrária ao princípio da universalização do saber e da igualdade de acesso a esse saber. Será que o pagamento das mensalidades cobrirão as despesas de uma universidade de qualidade, dedicada ao ensino à produção do conhecimento e à prestação de serviços à população? A própria CPI que investigou a crise na universidade brasileira, reconhece que as mensalidades cobririam o máximo de 5% a 10% dos custos de universidade pública e que, em boas universidades privadas, as mensalidades sequer cobrem os custos do ensino⁽¹⁹⁾. Diante desse reconhecimento, quais os reais interesses contidos nas propostas de ensino pago nas universidades públicas? Será a construção de uma sociedade para poucos?

Ao tempo em que se reconhece o princípio da indissociabilidade do ensino/pesquisa/extensão, os defensores da redução da participação financeira do Estado no ensino superior propõem a desvinculação dos hospitais universitários do Ministério de Educação, por considerarem que os mesmos estão voltados para a assistência à saúde da população e não para o ensino. Sob essa ótica, como se desenvolve, na área da saúde, um ensino de qualidade e a produção de um conhecimento próprio, inovador senão no locus da assistência? Poderá o ensino da enfermagem não fazer parte da assistência à saúde?

Esse projeto de desvinculação dos hospitais universitários não constitui nenhuma novidade. Ele traz, no seu bojo, o ideário privatizante de pagamento por produtividade, isto é, quanto maior for o número de atendimentos, de internações ou de procedimentos, maior será o financiamento. Esta é uma lógica de produção sem exigência de qualidade, colocando em questão não só o ensino e a produção do conhecimento, mas também, e principalmente, a assistência à saúde da população.

Ainda fazendo parte das estratégias de redução do tamanho do Estado, existe, na área da educação, a proposta de que o Estado divida a responsabilidade financeira da universidade, em especial da pesquisa, com o setor produtivo, isto é, a vinculação das universidades com o setor

produtivo. Atendendo a essa proposta, as universidades deveriam procurar fontes alternativas de recursos através da integração com empresas, a fim de que possam manter suas atividades acadêmicas de ensino/pesquisa/extensão. Assim sendo, ficarão essas atividades subordinadas a interesses particulares? A indissociabilidade ensino/pesquisa/ extensão, sendo fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, estará assegurada nessa subordinação? Os interesses do capital passarão a determinar os rumos das pesquisas, os caminhos da extensão e os perfis curriculares?

Como foi apresentado anteriormente, a maior concentração de escolas/cursos situa-se nas regiões sócio-economicamente mais desenvolvidas. Diante dessa constatação, qual o futuro dos cursos que estão fora do centro industrial do país outras regiões onde há escassez de capital privado e precariedade dos rendimentos da maioria da população?

Não lhes será dado o espaço ou as condições para o desenvolvimento da pesquisa e da extensão? Serão esses cursos direcionados, cada vez mais, a ser transformarem em escolas de 3º grau? E as áreas do conhecimento que não constituem objeto de interesse do setor produtivo? Que empresas da iniciativa privada terão interesse em custear cursos de enfermagem?

Em meio a essas incertezas e desdobramentos do receituário neo-liberal existem razões suficientes para uma reflexão acerca do ensino de enfermagem regido por idéias de economia da qualidade. Pensar esse ensino sob a lógica empresarial consiste na negação de sua própria natureza, de sua especificidade, de seu perfil acadêmico. Os cursos de enfermagem, enquanto unidades acadêmicas, devem constituir no espaço privilegiado, não só da reflexão teórica, da produção do saber, da divulgação e crítica desse saber, exercidas nos laboratórios, nos serviços e nas salas de aula, mas também da formação de profissionais-cidadãos comprometidos com as necessidades concretas de vida da população.

A construção e manutenção desse espaço implica, necessariamente, numa infra-estrutura adequada, com bibliotecas atualizadas, laboratórios equipados, professores de tempo integral em quantidade e qualidade compatíveis com o desenvolvimento das atividades acadêmicas;

supõe, também, a existência de condições necessárias para que o professor não se limite a repassar informações em sala de aula ou a exibir um conhecimento estático; supõe, ainda, a existência de um ambiente favorável para que o professor possa estudar, produzir conhecimento através da pesquisa, divulgar esse conhecimento, atualizar-se e avançar na sua área de conhecimento, realizar críticas e expor-se a críticas, ter disponibilidade para os seus alunos, assim como participar de trabalho coletivo com estudantes e profissionais da área ou de áreas afins.

O ensino de enfermagem de bom nível acadêmico, com as características anteriormente mencionadas, é inviável de ser custeado pelo pagamento dos alunos; um curso de qualidade acadêmica não pode ser auto-financiado pela cobrança de anuidades, ou de prestação de serviços, o que não é sua função precípua. O ensino pago nas universidades federais teria o mero efeito de tomar o ensino público, gratuito e de qualidade em ensino privado, cuja debilidade já foi constatada^(14, 18, 19).

Algumas outras certezas poderiam aqui ser listadas, porém optamos pela convicção de que não há como o Estado se desobrigar do custeio do ensino superior sem comprometer sua qualidade.

ENCERRANDO O TEXTO (NÃO O DEBATE)

As questões aqui delineadas não têm a intenção de apresentar nenhuma proposta concreta de qualquer política pública, mas sim de apontar uma agenda para o debate acerca da nova fisionomia concentradora e da renovada forma de manutenção da acumulação pelo capital, neste final de século, e, evidentemente, suas implicações para o ensino de enfermagem. Esse debate é o desafio que necessitamos enfrentar para garantirmos um ensino diversificado, de qualidade, aberto a todas as classes sociais, adequado às necessidades de saúde da população e ao desenvolvimento econômico-social do país, capaz de formar profissionais-cidadãos, enfim, um ensino associado à pesquisa, onde a produção do conhecimento contribua para o desenvolvimento da enfermagem e para o diagnóstico e equacionamento dos problemas de saúde

do país.

Pensar, hoje, o ensino de enfermagem e, conseqüentemente, as ações que se desenvolvem no interior das escolas/cursos, significa ter no horizonte de nossas reflexões a certeza de que a crise da universidade brasileira vai muito além da racionalidade econômica, isto é, significa evidenciar a inviabilidade de programas educacionais fundamentados apenas na racionalidade econômica - na economia da qualidade. Como já explicitado, a lógica econômica não melhorou o ensino de enfermagem, muito pelo contrário, ela fracassou no ensino superior como um todo, sendo portanto, de fundamental importância, a partir de agora, uma discussão ampla, construtiva e transparente, envolvendo todos os interessados nos destinos da universidade brasileira e, mais especificamente, do ensino de enfermagem, a fim de levantar a possibilidade de outra lógica norteadora para o sistema de educação superior, que não a meramente econômica.

É necessário, destarte, um processo de maturação de concepções transformadoras que tenha como eixo prioritário o melhoramento da qualidade e a não implementação de estratégias que, baseadas na racionalidade econômica, deixam de lado o pedagógico, o processo ensino/aprendizagem, o qualitativo, a produção do conhecimento. É imprescindível, ainda, distinguir as diferenças entre o receituário privatizante que interessa ao mercado de capitais e as reformas necessárias ao ensino superior.

Essas colocações não devem ser traduzidas como uma discordância em relação às propostas de mudanças no reordenamento da nossa sociedade. Entretanto, é fundamental se dar conta que o receituário neo-liberal não prescreve ações que atendam às necessidades concretas de vida dos trabalhadores que aspiram por um crescimento econômico acompanhado do desenvolvimento da cidadania, de emprego, de efetiva distribuição de renda, de liberdade com direito à seguridade social, à saúde, ao ensino público, gratuito e de qualidade, em todos os níveis, dentre outras que constituem as aspirações político-sociais dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. *Relatório final do levantamento de recursos e necessidades de enfermagem no Brasil - 1956-1958*. Brasília, 1980.
2. BECKER, Gary S. *Human Capital*. New York: NBER, 1964.
3. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. *Catálogos de instituições de ensino superior*. Brasília, 1974/1978/1982/1986/1993.
4. _____. Departamento de Assuntos Universitários. *Desenvolvimento do ensino superior de enfermagem no Brasil*. Brasília, 1977.
5. _____. Departamento de Assuntos Universitários. *Estudo sobre a formação e utilização dos recursos humanos na área da saúde*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1976.
6. _____. Secretaria de Planejamento. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Avaliação e perspectivas; ciências da saúde - enfermagem*. Brasília, 1982.
7. COELHO, Ildeu Moreira. Ensino de Graduação e Currículo. *Univ. e Soc.* v.3, n.15, p.64-72, julho, 1993.
8. CUNHA, Luis Antonio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
9. _____. O lugar da escola superior particular: contribuição para o debate. *Educ. Bras.* v.3, n.6, p.15-27, 1981.
10. CUNHA, Luis Antonio e GOES, M. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
11. DULCI, Otávio e AZEVEDO, Sergio de. *A crise da universidade pública e a reforma do sistema federal de ensino superior*. 1992 (mimeo).
12. FALEIROS, Vicente de Paula. Previdência Social e Neoliberalismo. *Univ. e Soc.* v.4, n.6, p.87-93, fevereiro 1994.
13. FARIAS, Flávio Bezerra de. Imagens do Estado Capitalista. *Univ. e Soc.* v.3, n.5, p.29-31, julho 1993.
14. FERNANDES, Josicélia Dumê. *O ensino de enfermagem e de enfermagem psiquiátrica no Brasil*. Salvador, 1982. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária). UFBA, 1982.
15. _____. *A expansão do ensino de enfermagem no Brasil*. Salvador, 1988. Tese (Doutor). Escola Enfermagem da UFBA, 1988.
16. FEITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
17. MORAES, Reginaldo Corrêa de. Exterminadores do futuro: a lógica dos neo-liberais. *Univ. e Soc.* v.4, n.6, p.6-11, fevereiro, 1994.
18. PAIVA, Vanilda. Reforma do Estado e Universidade. *Estudos e Debates*. n.17, p.71-79, julho, 1990.
19. RELATÓRIO da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise da universidade brasileira, 1992 (mimeo).
20. RELATÓRIO do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária. *Rev. Bras. Estud. Pedag.* n.50, p.111-123, 1968.
21. SCHULTZ, Theodore W. *Capital humano - investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

Recebido para publicação em 15.04.94

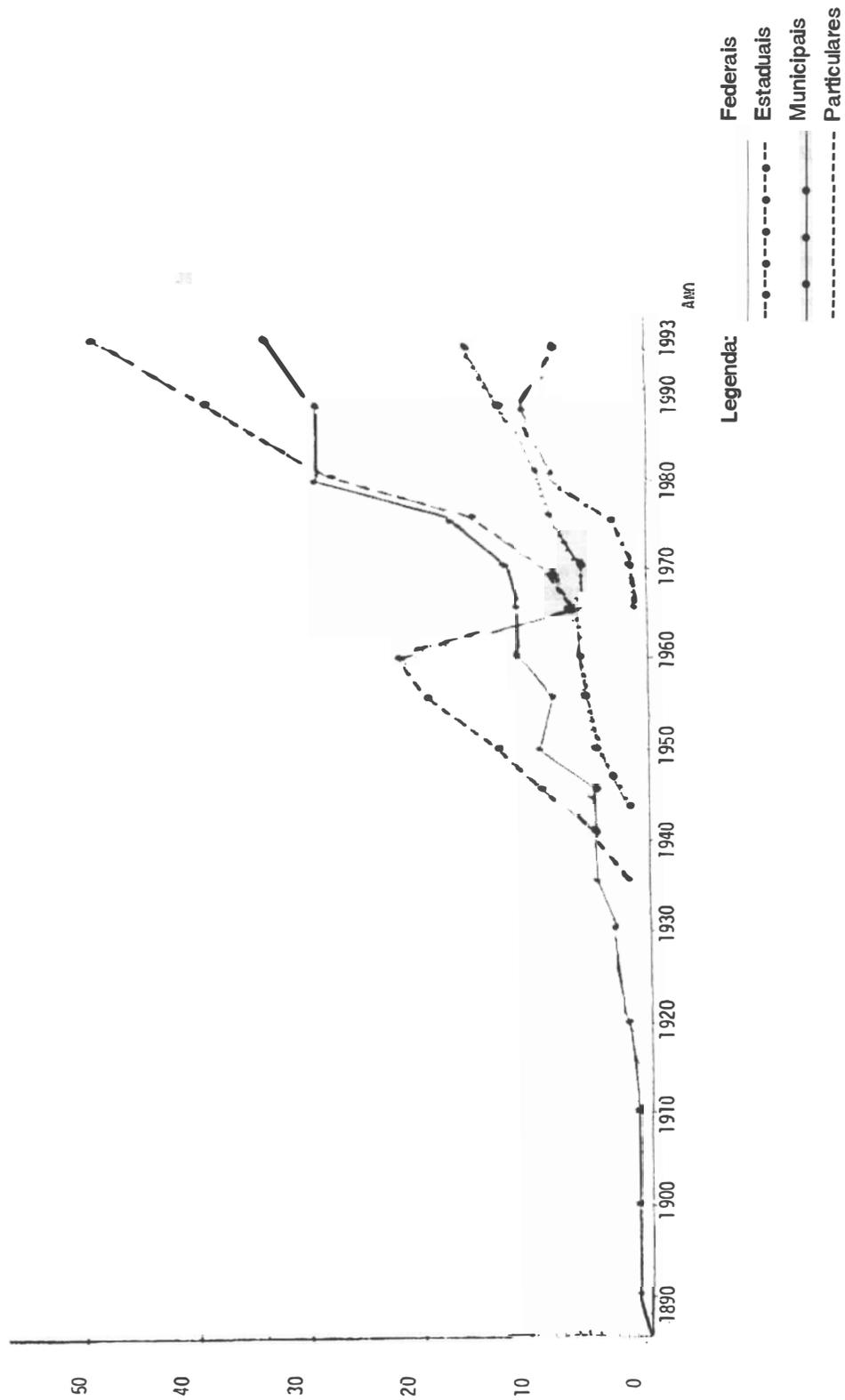


Gráfico 1 - Evolução do crescimento dos cursos de graduação em enfermagem por dependência administrativa - Brasil, 1890/1993

Fontes: ABEn(1)
BRASIL/MEC/SESU(3)
BRASIL/MEC(4)

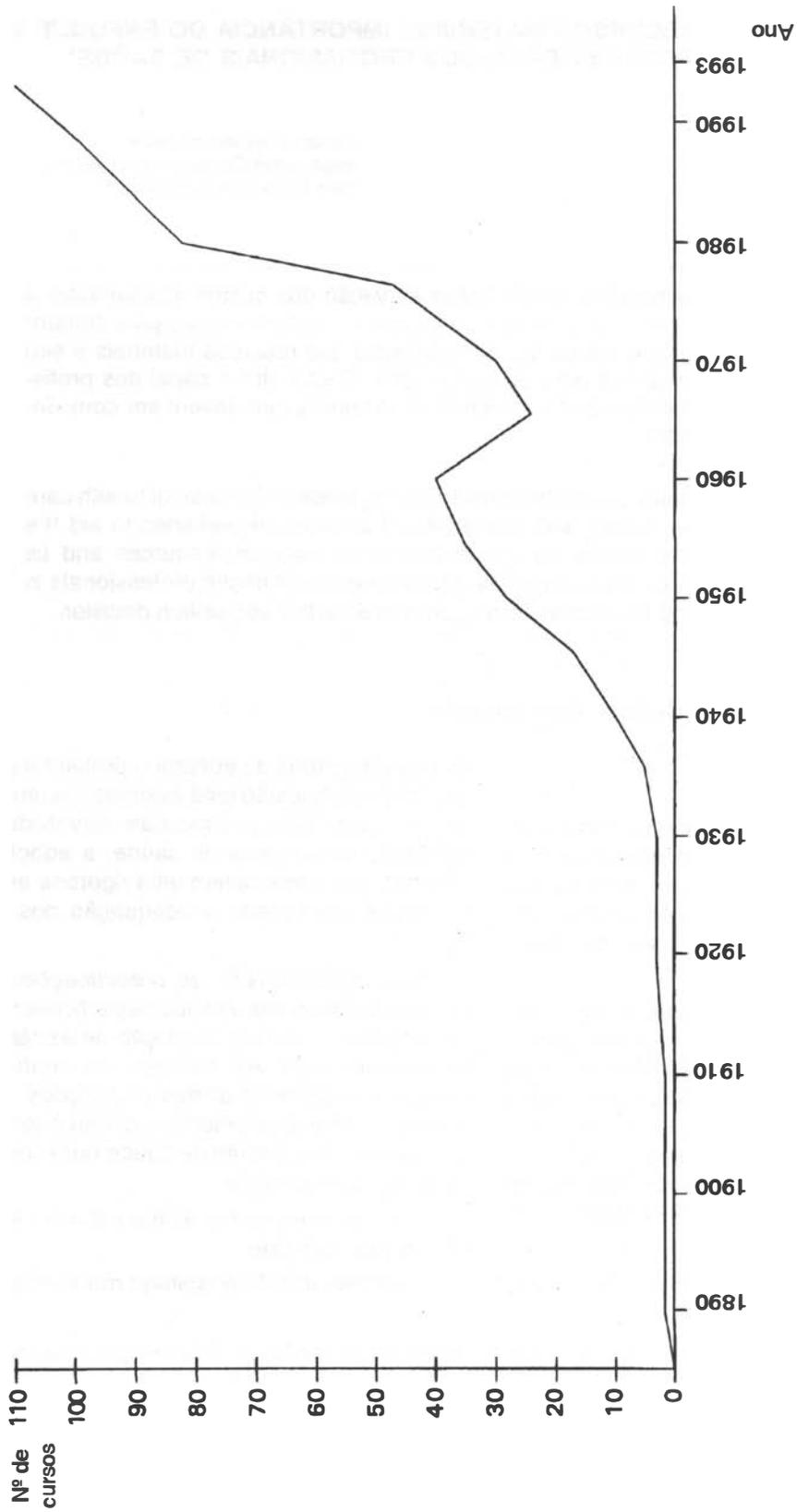


Gráfico 2 - Evolução do crescimento numérico dos cursos de graduação em enfermagem - Brasil, 1890/1993

Fontes: ABEn(1)
BRASIL/MEC/SESU(3)
BRASIL/MEC(4)